



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo: Fundamentos do Serviço Social

**O conservadorismo religioso e suas expressões na prática
profissional do Serviço Social na atualidade**

Ariadne Thayla Aguiar Fernandes ¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar a atuação do profissional de serviço social que exerce práticas conservadoras, principalmente religiosa, que por vezes são reproduzidas naturalmente, ou não. Apresentamos um breve resumo sobre o conservadorismo e a religião desde a gênese do serviço social, mas que ainda, carregam nos tempos atuais várias características conservadoras no exercício profissional. Trazendo para contemporaneidade a reflexão da religiosidade reproduzida no campo de intervenção profissional.

Palavras-chave: Serviço Social; Prática profissional; Conservadorismo; Religião.

Abstract: This article aims to identify the work of the social service professional who practices practices of conservatism, mainly religious, that sometimes goes unnoticed. A brief summary of conservatism and religion since the genesis of social service, which today still brings with it conservative characteristics in professional practice. Bringing for contemporaneity the reflection of religiosity applied in the field of professional intervention

Keywords: Social service; Professional practice; conservatism; Religion.

1. INTRODUÇÃO

A Assistência Social brasileira tem sua gênese e trajetória constituída e fundamentada pela doutrina social da Igreja Católica, marcada por práticas como a caridade, a ajuda social, a benemerência, no âmbito público e privado, tendo como princípios da moral e dos bons costumes, cercados de padrões a serem seguidos e reproduzidos.

O serviço social é uma profissão que nasceu atrelada ao pensamento conservador, e junto a igreja havia a doutrinação das famílias, reforçando os valores religiosos cristãos, e tratando questões sociais como problema religioso, que possivelmente poderiam ser resolvidos com a fé, porém se tratava apenas de manipulação para estabelecer o equilíbrio e a ordem social.

¹ Discente do 5º termo do curso de Serviço Social na FAPREV, ariadneaguiaarsocial@outlook.com



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Desde a intenção de ruptura, a profissão veio adquirindo um caráter mais técnico, que visava o rompimento com o tradicionalismo, estabelecendo uma aproximação com a teoria marxista, se aproximando da prática profissional crítica, e do comprometimento com a classe trabalhadora. Porém ainda há o conservadorismo, inclusive religioso, fortemente ligados a profissão, como parâmetro moral, ainda usado para manipulação.

Assim, estabelecemos o objetivo deste texto que consiste em apresentar uma breve análise sobre o conservadorismo religioso na prática profissional do Assistente Social na atualidade, que mesmo sendo guiado por um Projeto Ético-Político com uma perspectiva societária emancipatória, ainda há muitos profissionais que imprimem em suas práticas valores morais e religiosos, não respeitando os princípios éticos da profissão e a laicidade do nosso país.

O serviço social desde a década 1960, com o movimento de reconceituação, vem travando uma luta contra o conservadorismo, principalmente, contra os valores religiosos na prática profissional, intimamente ligada a profissão desde sua gênese, porém ainda há uma forte ligação do conservadorismo com a profissão, e profissionais que não desmembraram sua atuação crítica da moral, o que pode acarretar em uma atuação tendenciosa, e até lesar direitos adquiridos do cidadão.

Pretende-se com este artigo, contribuir para enaltecer a reflexão do real sentido do exercício profissional do assistente social, contribuindo para o entendimento da trajetória, e ruptura com o conservadorismo, inclusive religioso, e entender a forma de como ainda está enraizado dentro da prática profissional.

2. RELIGIÃO E SERVIÇO SOCIAL: ENTRE O SIMBÓLICO E O NORMATIVO

O conservadorismo é histórico na Assistência Social brasileira e foi debatido por vários autores como Netto (2005, 2011), Yamamoto (2004, 2011), Boschetti (2015) Behring e Boschetti (2010), e para nossa análise, temos como foco abordar o viés religioso dentro da prática profissional do Assistente Social, com vistas a compreender o que é o conservadorismo religioso e como ele se expressa na prática nos tempos atuais.

Mesmo a profissão expressando abertamente a hegemonia de um projeto profissional chamado de Projeto Ético-Político, com perspectiva societária emancipatória há quase 40 anos, essa hegemonia não significa homogeneidade, nem tão pouco maioria, e,



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

em tempos de radicalização do conservadorismo, este ganha força e explicitação também no interior da profissão (Cardoso e Alves, 2018).

Desta forma, o estudo sobre a religião na profissão ganha destaque, mesmo sendo um campo de delicadas discussões, pois, trata de fatos sociais, representações simbólicas e aspectos divinos, pois a religião está presente na história da humanidade e se coloca como presença imponente em muitas sociedades.

Giddens (2012, p.483) define a religião como “sistema cultural de crenças e rituais comuns e compartilhados, que proporciona um senso de significado e propósitos finais, criando uma visão da realidade que é sagrada, abrangente e sobrenatural”. Aqui é possível notar o valor simbólico atribuído a religião, que se expressa de forma diversificada, mas com importantes e emblemáticos valores e sentimentos atribuídos ao que é sagrado e sobrenatural, ou seja, a algo que não se vê, apenas sente.

A prática religiosa na vida cotidiana está vinculada a uma diversidade de preceitos que se expressam a partir de uma moral, de cunho religioso, e que poderá (ou não) impor a noção de culpa aos sujeitos que cumpre ou segue os valores determinados, e pressupõe castigos ou consequências por seus atos.

Diniz (2008, p. 333) compreende por moral, numa perspectiva filosófica como:

a) tudo que é relativo ao bons costumes ou às normas de comportamento admitidas e observadas, em certa época, numa dada sociedade (Durkheim, Lévy-Bruhl, Shaftesbury e Hutcheson); b) conjuntos de preceitos baseados na justiça e na equidade; c) o que pertence ao domínio do espírito e ao da matéria; d) certeza que tem por base grandes possibilidades e não provas absolutas; e) o que é decente; f) parte da filosofia que se ocupa dos atos humanos, dos bons costumes e dos deveres sociais do ser humano; g) ética que estuda o comportamento disciplinado por normas. Já, por moral cristã (direito canônico) trata-se do conjunto de preceitos contidos no evangelho.

O principal fator de fundamentação da moral religiosa se constitui no “medo que é acrescido com o castigo, que intensifica a prudência e o controle dos desejos. O elemento medo gera a angústia diante da vida e acarreta a busca do perdão de Deus” (NIETZSCHE, 1998, p. 33).

Para Nietzsche (1998), a bondade cristã não é genuína, é apenas medo de “queimar no inferno”. Não se pode esperar que quem tenha como filosofia de vida a moral cristã, baseado no medo de ser castigado, faça ou seja conivente com uma situação contrária à sua moral, ou se desprenda desses valores quando estiver atuando em uma situação contrária à sua crença.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Vázquez (2000) descreve, num sentido amplo a religião ou fé como existência de forças sobrenaturais, ou como um ser transcendente e sobre-humano, todo-poderoso (ou Deus) cujo homem está em relação ou religado. Na relação entre homem e divindade, a religião se caracteriza pela dependência do homem a Deus, a garantia da salvação dos males terrenos que a religião oferta no outro mundo.

Assim, há uma afirmação da existência de Deus como verdadeiro sujeito, negando a autonomia do homem, e dá-se a ideia de que a verdadeira libertação será em um outro mundo depois da morte. A salvação dos males desse mundo terreno somente aconteceria em um outro plano pós morte, e emanaria da religião, que acaba por provocar o conformismo nos seus seguidores, que renuncia das lutas deste mundo terreno, pois aqui não há salvação.

A religião tem atrelado a sua imagem uma diversidade de preceitos morais, que inclui uma séria de regras entre os homens, e Deus como garantia de fundamento absoluto dos valores morais, logo, sem religião, não há moral, fato esse que Vazquez (2000) discorda, pois, a moral antecede a religião. Os homens primitivos, antecedentes a religião, obtinham sua moral em seu território, de acordo com sua cultura, obtendo-a no convívio com a sua comunidade, por isso não há firmamento de que sem religião não exista moral.

Mesmo com importante valor simbólico, a religião foi criticada por Marx (1843), que analisa para além dos preceitos morais, pois a religião colaborava com os interesses capitalistas, e era considerada como o “ópio do povo”, pois os delimitava, dentro de uma manipulação religiosa, a não se opor as decisões e mudanças tomadas pelo Estado, aceitando serem explorados sem reivindicar seus direitos, ou as mudanças econômicas e sociais que favoreciam apenas a burguesia capitalista.

Para Bourdieu, a religião desempenhava um papel importante e assegura que:

(...) a religião cumpre uma função de conservação da ordem social contribuindo, nos termos de sua própria linguagem, para a “legitimação” do poder dos “dominantes” e para a “domesticação dos dominados (BOURDIEU, 2004, p. 32, grifos do autor).

Vale ressaltar que Bourdieu reconhece o papel dominador e manipulador da religião e nos parece algo já superado, porém, nos deparamos com tal situação atualmente. A manipulação religiosa não faz parte do passado, ela se reinventa de acordo com a sociedade, porém, permanece em nosso meio, e de uma forma ampla ela tem assumido os espaços de poder, seja no cenário político, em todas as suas esferas, seja nas igrejas, nas



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

escolas, universidades, em todos os espaços coletivos sempre haverá um grupo hegemônico exercendo algum tipo de poder sobre uma minoria e impondo seus ritos, valores e dogmas religiosos como “certo” e “adequado” não respeitando a laicidade do nosso País que tem tamanho continental e possui grande diversidade cultural.

Sobre o processo de tomada de consciência (ou sobre a falta dela), Marx (2010) faz uma crítica para com a religião que está fundamentada no fato de que os seres humanos devem ser conscientes em saber que são responsáveis pelas transformações e mudanças do mundo em que vivemos, no entanto, essas transformações só serão possíveis enquanto atos coletivos. Para o autor, a religião atua na contra mão da conscientização da sociedade, isto porque ela idealiza uma sociedade perfeita em outro mundo, fora deste, ou seja, no paraíso, e neste pensamento a religião é entendida como um mecanismo que barra a tomada de consciência humana frente a real situação social.

A falta de consciência da sociedade sobre as situações sociais reais, ou seja, a luta de classes que gera opressão e exploração, acaba sendo naturalizadas, os erros ou “pecados” cometidos justificam todas situações de sofrimento (já que o indivíduo transgrediu as regras da religião e está sofrendo as consequências) desta forma, é culpabilizado de forma individual. Ou seja, os acontecimentos não são entendidos como resultado de um processo histórico e social.

3. CONSERVADORISMO RELIGIOSO E A PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

A busca pelo rompimento com o conservadorismo, se deu a partir da década de 1960 com o movimento de reconceituação do Serviço Social até os anos de 1980 com a aprovação do Código de Ética e da Constituição Federal, passando para um novo patamar de política pública voltada a garantia de direitos, e não mais na estrutura dada pela formação religiosa do início da profissão, onde a benesse era usada para manipulação social.

É possível notar que o conservadorismo religioso esteve e ainda está presente nas práticas cotidianas de profissionais do Serviço Social, e mesmo com princípios emancipatórios do nosso projeto profissional, não podemos descartar sua ligação com o



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

exercício da profissão do Serviço Social, sendo comum nos depararmos com o moralismo que esconde preconceitos, que continuam velados e naturalizados no exercício profissional.

Anterior ao processo de ruptura do conservadorismo na profissão, se estabelecia a “ordem” a partir de um discurso e com intervenção dos profissionais, que intencionalmente manipulavam e domesticavam os indivíduos a não se opor ou questionar ao que era estipulado pelo capitalismo monopolista e a igreja católica. Atualmente, essa manipulação foi reinventada, tomou formas diferentes para atender a sociedade moderna.

Para Pinheiro (2015) o que está ocorrendo é a emergência do neoconservadorismo que possui como elemento de causalidade, a necessidade de reação à crise estrutural, vivenciada pelo capital no âmbito econômico, político e cultural aliado à importância de reação às diversas lutas e conquistas que se deram no século XX, tanto no mundo do trabalho, quanto nas questões de gênero, diversidade sexual, juventude, raça, etnia, geração, etc.

O neoconservadorismo religioso traz elementos que foram enraizados historicamente pela sociedade sob uma lógica machista, patriarcal e heterossexista, inerente aos seus dogmas e doutrinas nos seus vieses fundamentalistas, impedindo uma mudança cultural iniciada no século passado.

Para compreendermos como o conservadorismo religioso se expressa na prática profissional, é preciso entender que ainda há resquícios de preconceitos e um olhar de senso comum por parte desses profissionais. A religiosidade em si, dentro do comportamento conservador, sob a lógica patriarcal, machista e heterossexista, que traz enraizado aos valores de uma pessoa que segue essa visão de mundo, preconceitos tão enraizados, que nem a formação profissional ou a ética profissional conseguem internalizar essa compreensão de lados diferentes, ou seja, o pessoal e o profissional.

Entende-se que tais profissionais entram em uma linha contraditória e conflituosa ao não separar valores pessoais e profissionais na tomada de decisão em sua prática profissional, pois a tomada de decisão vai até o limite de não ferir algum valor moral pessoal, decisão que pode mudar ou não a situação de uma família, uma criança, uma situação de violência ou mesmo risco, ou ainda elementos que podem impactar nas situações de desigualdades, mas em algum ponto dessas decisões, deliberam pela conservação (e perpetuação) daquilo que deveria ser mudado para obter resultados positivos às questões sociais, ou agir conforme o Projeto Ético-Político.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Desta forma, assumindo uma intervenção e profissionalismo parcial, logo que não decide por mudar parte da realidade, no enfrentamento das expressões da questão social, o profissional agindo de acordo com os seus valores morais, e especificamente valores religiosos, em assuntos polêmicos da nossa sociedade moderna, está transgredido o Código de Ética profissional.

Num país com dimensão continental como o Brasil, com uma grande diversidade cultural e uma desigualdade social com a mesma proporção, é preciso reconhecer a pluralidade de Assistentes Sociais e os diferentes contextos de atuação, mas é preciso destacar a necessidade de um olhar crítico sobre a realidade brasileira, além de todas as demandas que se apresentam de forma complexa e singular, mas que é fruto de um sistema perverso e excludente e uma sociedade que discrimina e culpabiliza o indivíduo pela sua condição. Desta forma, cada profissional traz consigo seus valores morais, suas crenças herança de seus antepassados, onde muitos ainda reproduzem alguns valores sem questionamento e reflexão, levando estes para sua prática profissional.

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) apresenta as Diretrizes Curriculares e o perfil do bacharel em Serviço Social:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social (ABEPSS, 1997, p. 1).

Assim, fica claro o que é necessário para a atuação do profissional, independente da área, e se tratando de uma sociedade pluralista como a nossa, não há espaço para moralismo religioso dentro do exercício da profissão. No enfrentamento das questões sociais, o profissional não deve impor opiniões ou tomar decisões embasadas em questões pessoais que firam as diretrizes da profissão, ou qualquer outro direito garantido aos cidadãos.

Sabe-se que por traz do conservadorismo religioso há os valores morais e o preconceito velado, logo, há muitas questões ainda tratadas com descaso e muitas vezes no senso comum, criando percepções individuais, e a moral religiosa por traz disso acaba designando uma compreensão superficial da profissão. Uma imagem construída desde a história da formação da profissão, até hoje reproduzida, muitas vezes pelos que regem as



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

políticas sociais, que acarreta a uma forma distorcida das competências e atribuições da profissão.

Dessa forma, uma das expressões do conservadorismo religioso é a tratativa de cuidado e ajuda na prática profissional como forma de diminuir o sofrimento do indivíduo a partir de representação religiosa do profissional. Porém, esse cuidado e ajuda poderá ser negado pelo profissional ao se deparar com questões conflituosas aos seus valores religiosos, recusando garantir o direito ao cidadão, independentemente de sua cor, sexualidade ou religião.

Em uma sociedade que usa os valores da moral religiosa para esconder preconceitos, a tratativa da ajuda a um cidadão, como sinônimo em atitude boa, ou fazer favor a alguém, toma forma de algo admirável e bem aceito, porém, o mesmo cidadão é tratado com injúria quando a mesma ajuda passa a ser direito.

Um exemplo disso são profissionais que criticam o direito de um cidadão ao Programa Bolsa Família, famílias em situação de extrema pobreza, com renda per capita de R\$ 85,00 a R\$ 170,00 são criticadas por receberem o benefício, mas para tais, críticos do Programa, a ajuda de uma cesta básica doada por uma Igreja é um gesto plausível e que deve ser reiterado.

Esse tipo de crítica ao que é direito, proferida por profissionais do Serviço Social, está na alienação de seus conhecimentos adquiridos ao longo da vida, convivências, formação moral religiosa e em seus espaços de socialização, atitudes estas que colocam obstáculos a forma correta de atuar, mesmo que estes entrem em contradição com valores religiosos pessoais.

Assim, muitas vezes profissionais encaram as opressões, explorações e desigualdades sociais como um processo natural, com culpabilidade individual, de caráter religioso, e não como resultado de um processo histórico e social. Para Marx, a crítica da religião visa a um objetivo necessário, mas limitado:

Privar o homem de suas ilusões, de seus consolos ilusórios, frustrá-lo, abrir-lhe os olhos para que ele pense, aja, transforme sua realidade de homem decepcionado, chegue à razão, para que ele grave em torno de si próprio, ou seja, em torno do seu sol real. Uma vez acabado o além-mundo religioso da verdade, a tarefa histórica é estabelecer a verdade do mundo aqui em baixo e desmascarar a alienação humana em suas formas não sagradas: a crítica do céu transforma-se em crítica da terra, a crítica da religião em crítica do direito, a crítica da teologia em crítica da política. (MARX, 2010, p 26)

Há uma linha tênue entre garantir o direito do cidadão e seu descumprimento a partir dos valores religiosos e individuais por parte de profissionais, por isso é necessário o



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

desmembramento entre pessoal e profissional, estabelecendo um limite entre o que é direito garantido e o que é “obediência” aos seus costumes religiosos. Para isso há uma diretriz estabelecida e um código de ética a ser seguido, estabelecendo uma padronização, para que não haja uma individualização nos atendimentos, e cada profissional haja de acordo com seus valores.

4. EXPRESSÕES DO CONSERVADORISMO RELIGIOSO NO SERVIÇO SOCIAL

Nessa seção apresentaremos algumas formas de manifestação e expressão do conservadorismo religioso na prática profissional no Serviço Social na atualidade. Assim, faremos uma análise das pesquisas de Dutra (2015), Batista e Coelho (2015) e Quintão (2015), cujo resultado demonstram claramente elementos da religião na prática profissional do Serviço Social.

De acordo com a pesquisa de Dutra (2015), segundo os profissionais entrevistados, formados entre 1980 e 2012, 44% diz haver a presença de artigos religiosos em seus ambientes de trabalho, sendo que 35% referem-se a bíblia, em sua maioria sobre a mesa de trabalho dos Assistentes Sociais, 17% calendários com temas religiosos, 12% a cruz, também 12% altar, 12% imagens, seguido de 6% os livros religiosos.

A pesquisa também apontou que os profissionais relacionam os problemas sociais com a falta de fé das pessoas ou de não seguirem alguma religião, resultando em problemas sociais por vontade divina. É nítido a forma como se expressam culpando a sociedade que não segue alguma religião cristã pelos problemas sociais, como se religião fosse um condutor de caráter, como a própria autora cita “Se deus não existe tudo é permitido” (DUTRA, 2015), referenciando não ser possível ter igualdade nesse mundo, criando expectativas em outro mundo, outro plano.

Iamamoto (1992), tentou compreender por quais motivos características conservadoras estão até hoje ligadas ao Serviço Social, e que estas, fazem da profissão muito mais ações baseadas nos fundamentos doutrinários, do que em fundamentos científicos. Por esse motivo, ainda encontramos práticas ligadas ao conservadorismo religioso sendo tratado no ambiente profissional de forma comum, por estar vinculado ao cotidiano do profissional, no entanto deveria ter uma separação, e o profissional ter uma



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

atuação ética, sem viés religioso na tratativa com o usuário, mas ainda é comum na prática profissional.

É possível verificar em uma das entrevistas realizadas por Dutra (2015) cuja Assistente Social apresenta em seu discurso vários elementos que representam sua religião, não compreendendo que seu posicionamento neutro não condiz com os princípios fundamentais dos nosso Código de Ética vigente

[...] Não tem como não influenciar, mas, eu não procuro pressionar as pessoas ou olhar as pessoas de forma diferente porque elas não pensam como eu, procuro ser mais neutra possível nessa, em relação a isso, mas é claro que eu vejo o ser humano de uma forma, eu entendo o ser humano e a espiritualidade influencia a gente entender o ser humano, entender quem é o ser humano, do que ele é formado, o que ele precisa, e isso acaba influenciando sim porque não tem como a gente separar. (DUTRA, 2015, p. 9.)

Assim, nota-se que muitos profissionais têm usado os valores religiosos como parâmetro ético profissional, deixando-os nortear a prática profissional, muitas vezes usando a formação para “aperfeiçoar” seus atos benesses, inclusive em seus ambientes religiosos, como se a formação não mudasse em nada a ideia de que o Serviço social é uma profissão ético-política, teórico-metodológica, que não tem mais vínculos com a igreja, ou com o Estado, como forma de manipulação do capitalismo.

Batista e Coelho (2015), faz uma referência a questão religiosa como uma situação delicada, que agrega fatos sociais, representações simbólicas e aspectos religiosos, que as pessoas usam para algum tipo de conformação e conforto diante dos problemas que surgem.

Em pesquisa realizada em Mossoró-RN, com alguns profissionais da Assistência Social, notou-se que profissionais traziam consigo marcas da cultura religiosa que adentram no espaço da atuação profissional. A pesquisa realizada evidenciou o pensamento religioso antagônico a prática profissional, como a utilização de atitudes fraternais e solidárias.

Uma das entrevistadas deixou claro que muitas vezes nota a pessoa desacreditada da vida e começa trazer esperança falando de sua fé, e coloca ênfase de que isso mudará a atual situação do usuário, ou ao menos amenizará (Batista e Coelho, 2015, p. 8). Nesse discurso, nota-se que o profissional usa sua conduta religiosa nos atendimentos realizados no equipamento público, e dentro dessa conduta há o que o profissional acha errado ou não, e no momento em que ele traz sua religiosidade para o atendimento, ele busca solucionar a questão trazida pelo usuário, através da religião e não mais no campo do direito, ele passa a não diferenciar mais o que é necessário ou não para o usuário segundo seus direitos.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Na mesma pesquisa, uma Assistente Social entrevistada afirma que sua fé ensina a amar pessoas homossexuais, mas é completamente contra a união homoafetiva, pois para ela é considerado pecado (Batista e Coelho, 2015, p. 8). Aqui fica explícito como os valores religiosos podem interferir na tomada de decisão de um profissional não ético, pois ao declarar que ama pessoas homossexuais, mas ao dizer que é completamente contrária a união homoafetiva porque é pecado, podemos verificar alguns elementos importantes para nossa análise. O primeiro refere-se a aceitação de um homossexual a partir de sua fé e não o respeito pela pessoa humana para garantir o seu direito seja ele qual for. O segundo diz respeito sobre a união homoafetiva, que neste caso a fé já ensina o contrário, que não deve-se amar, pois é pecado, dessa forma, a profissional se diz completamente contra a união homoafetiva e se manifesta dentro de um equipamento público, apresentando elementos já debatidos em seções anteriores deste texto, discursando sob o viés do pecado e não da garantia do direito. O terceiro elemento é a negação de um direito universal, onde um profissional poderá julgar moralmente sob o viés religioso a situação de um usuário, ajuizando e apontando-o como um pecador e negando um direito e extrapolando as normativas e responsabilidades ético-políticas da profissão.

As entrevistas ainda revelaram que, algumas profissionais são chamadas para eventos benesses em suas instituições religiosas por serem Assistentes Sociais (Batista e Coelho, 2015, p. 8), atrelando o papel do profissional a imagem de caridade, e uma das entrevistadas ainda declarou que há escolha dos usuários por serem atendidos por profissionais “evangélicos” porque eles sabem que vão resolver seus problemas, que têm um amor diferenciado com o próximo, e mais credibilidade (Batista e Coelho, 2015, p. 9).

Há também aquelas que declaram que não devem misturar religião ou fé com a profissão, mas enxerga nisso uma certa dificuldade, dizendo “que elas têm que pregar, mas não podem” (Batista e Coelho, 2015, p. 9). Diante disso, nota-se que alguns profissionais mesmo que pertencentes a uma instituição religiosa, tem consciência de que não se deve usa-la como forma de enfrentamento das expressões das questões sociais, mas mesmo agindo de forma laica, acha difícil tal prática, pois a crença de cada um acaba interferindo, mesmo que o profissional não queira isso, porque são valores adquiridos ao longo de suas vidas e muitas vezes acabam passando despercebido.

Como cita a pesquisa realizada por Quintão (2015, p.274 - 275), um de seus entrevistados considera que o comprometimento com valores humanitários, não é determinado pelo pertencimento religioso, porém, diz que alguns posicionamentos políticos



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

da profissão são incompatíveis com suas opiniões, como a legalização do aborto, da qual o entrevistado é contra.

O discurso de incompatibilidade de alguns posicionamentos políticos da profissão com a opinião dos profissionais, demonstra o descompromisso ético com os usuários, pois quando tratamos de temas polêmicos como o aborto por exemplo, causam incômodo a alguns profissionais, pois ferem seus valores morais.

Na pesquisa de Quintão (2015), são abordados vários assuntos considerados polêmicos dentro da profissão e do conceito religioso de cada um, como aborto, união homoafetiva, adoção por casais homoafetivos, transgenitalização e intolerância religiosa no Brasil. Sendo que dos seus entrevistados, 83,75 acreditam em Deus, e 81,25 possuem uma religião.

Os temas relacionados a orientação sexual e a identidade de gênero foram favoráveis, mesmo que suas religiões cristãs apresentem opiniões contrárias. Já em relação ao aborto a maioria dos profissionais se mostraram a favor apenas em casos de risco de vida para mãe, gravidez provocadas por estupro, e fetos anencéfalos.

A igreja durante muito tempo vem lutando contra a descriminalização do aborto, e atualmente contra a união homoafetiva e seus seguimentos, por isso são abordados como assuntos polêmicos, já que é algo inadmissível a preponderância cristã. Baseando-se nisso é possível notar a ligação da moral religiosa a comportamentos que ela não deveria estar atrelada, como quando são exercidas na profissão, dando parâmetro a um atendimento, sem qualquer ética profissional, esta que deveria ser parâmetro para o atendimento efetuado, já que a profissão não possui mais vínculo com a Igreja, e a moral como um todo, religiosa ou não, não pode ter pertencimento no campo profissional, já que esta é individual e relativo aos costumes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O posicionamento do profissional diante de situações encontradas no seu cotidiano é de suma importância para que não haja uma contradição entre a prática profissional e seus valores pessoais, e para que seja cumprido os direitos dos usuários imparcialmente.

Nota-se que mesmo depois da profissão ter os vínculos rompidos com a Igreja, e não pertencer mais a prática de assistencialismo, ainda há profissionais que ignoram o código de



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

ética da profissão e exercem seus atendimentos baseados em opiniões pessoais, e traz o conservadorismo religioso caminhando junto com a profissão.

Entende-se que o profissional que idealiza um atendimento melhor baseando-se em valores pessoais, traz para o campo de trabalho e para a profissão demasiado obstáculo para o verdadeiro rompimento com o conservadorismo que a profissão esforçou-se para eximir. Dentro da alienação de seus conhecimentos adquiridos ao longo da vida, inclusive moral religioso, acabam colocando impedimento na forma correta de atuação, muitas vezes presumindo que a exploração e desigualdade sociais, são de responsabilidade individual e caráter religioso, não como resultado de processo histórico e social. Considerando também que a religiosidade muitas vezes traz consigo preconceitos enraizados, que nem a formação profissional, a ética profissional, e a aproximação com a teoria marxista conseguem desagregar pessoal e profissional. É necessário a separação de valores pessoais e profissionais, uma tomada de decisão apartidária, para que não haja um favoritismo nos atendimentos que possa ser prejudicial ao usuário e sua família.

Assim, o aprofundamento em estudos na área do conservadorismo dentro da prática profissional é importantíssimo, para que haja uma compreensão maior e uma intercessão baseada no comprometimento ético-político da profissão, que foi resultado de um processo histórico da construção constante da pressuposição ética da profissão, que atualmente é o embasamento para que o profissional não tenha favoritismo ou propensão com os usuários.

6. REFERÊNCIAS

BATISTA, Déborah B. COELHO, Maria Ivonete Soares. O debate da religião no Serviço Social: fundamentos e exercício profissional. Anais VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. UFMA: 2015.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 213p.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 637-651, out. /dez. 2015.

CARDOSO, Priscila F. G.; ALVES, Luciano. Conservadorismo e laicidade de Estado: subsídios para o debate no Serviço Social. Temporalis, Brasília (DF), ano 18, n. 36, p. 45-64, jul./dez. 2018.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

CASTRO, Manuel Manrique. História do Serviço Social na América Latina. 5ª ed. - São Paulo: Cortez, 2000.

DINIZ, M. H. (2008). Dicionário Jurídico (3ª rev., atual. e aum. ed.). São Paulo: Saraiva.

GIDDENS, Anthony. Sociologia. 6ª Ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

DUTRA, Patrícia Vicente. A presença da religião no exercício profissional de Assistentes Sociais.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. – 34. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.
_____. Marilda V. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. – 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MARX, Karl. Sobre a questão judaica. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, Istvan. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2009.

NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconceituação – 40 anos depois. Rev. Serviço Social e Sociedade, nº. 84. São Paulo: Cortez, 2005, p. 21-36.

_____. Ditadura e Serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2011.

NIETZSCHE, F. W. Genealogia da Moral. (P. C. Souza, Trad.) São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

QUINTÃO, Graziela Ferreira. Liberdade e intolerância religiosa no Brasil: tendências e desafios para o Serviço Social. Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v.25, n.1, p. 259-282, Jan./Jun. 2015.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.